



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**08/08/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
1.2. DESEMBARGADORES.....	3 - 5
1.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	6
1.4. JUÍZES.....	7
1.5. PRESIDÊNCIA.....	8
2. JORNAL AQUI	
2.1. VARAS DA FAMÍLIA.....	9 - 10
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. DESEMBARGADORES.....	11 - 12
3.2. VARA DA MULHER.....	13 - 14
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. DESEMBARGADORES.....	15 - 16
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. DECISÕES.....	17 - 20
5.2. DESEMBARGADORES.....	21 - 28
6. JORNAL EXTRA	
6.1. DESEMBARGADORES.....	29
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DESEMBARGADORES.....	30 - 33
7.2. VARAS DA FAMÍLIA.....	34 - 37
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. JUÍZES.....	38
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. DECISÕES.....	39
9.2. DESEMBARGADORES.....	40 - 41
9.3. JUÍZES.....	42 - 43

## CASO JORGE DA MATA

Entre as decisões confirmadas pelo STF está a que condenou três ex-servidores da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão, no processo que ficou conhecido como o "Caso Jorge da Mata". Na época, um dos servidores criou um sistema pirata de informática que fraudou a Receita Estadual. Da decisão da 8ª Vara Criminal, o funcionário que criou o sistema usado para a fraude recorreu ao TJMA, ao STJ e ao STF, sendo mantida a decisão em todas as instâncias. Ele foi condenado a sete anos e oito meses de prisão, cumpriu parte da pena e, mais tarde, foi beneficiado pelo regime de progressão de pena.

## CASO JORGE DA MATA

Entre as decisões confirmadas pelo STF está a que condenou três ex-servidores da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão, no processo que ficou conhecido como o "Caso Jorge da Mata". Na época, um dos servidores criou um sistema pirata de informática que fraudou a Receita Estadual. Da decisão da 8ª Vara Criminal, o funcionário que criou o sistema usado para a fraude recorreu ao TJMA, ao STJ e ao STF, sendo mantida a decisão em todas as instâncias. Ele foi condenado a sete anos e oito meses de prisão, cumpriu parte da pena e, mais tarde, foi beneficiado pelo regime de progressão de pena.

## **TJMA escolhe lista tríplice para vaga de desembargador pelo quinto constitucional**

O Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu a lista tríplice dos candidatos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) à vaga de desembargador pelo quinto constitucional, em sessão plenária administrativa.

**Pág. 7**

## TJMA ESCOLHE LISTA TRÍPLICE PARA VAGA DE DESEMBARGADOR PELO QUINTO CONSTITUCIONAL



O Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu a lista tríplice dos candidatos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) à vaga de desembargador pelo quinto constitucional, em sessão plenária administrativa. Os advogados Ricardo Tadeu Duailibe, Daniel de Faria Leite e Riod Barbosa Ayoub foram os mais votados pelos membros da Corte.

## **ESPECIALISTAS DEBATERÃO SOBRE NOVO MODELO DE JUSTIÇA JUVENIL RESTAURATIVA**

Especialistas brasileiros e de Lima (Peru) estarão reunidos em São Luís para debater a aplicação de um método inovador de justiça criminal na recuperação de jovens e adolescentes infratores. As discussões acontecerão durante o seminário "Justiça Restaurativa: tecendo a rede", que será aberto nesta quarta-feira (7), às 18h, e seguirá até o dia 9 de agosto, no auditório Fernando Falcão, da Assembleia Legislativa do Maranhão.

## **INSCRIÇÕES PARA ASSESSOR DE JUIZ EM TIMON ENCERRAM-SE NESTA QUINTA**

As inscrições da seleção para o cargo de assessor de juiz de entrância intermediária no Juizado Especial de Timon encerram-se nesta quinta-feira (08). Entre os requisitos para participar, o candidato deve ser brasileiro e portador de diploma de conclusão de curso superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação devidamente registrada. As inscrições são gratuitas.

## Prazo para cadastro de sentenças e júris em sistema é prorrogado

Em Circular nº 133/2013, o corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Carvalho Cunha, comunica aos juízes de direito do Maranhão que a produtividade a ser avaliada em casos de movimentação na carreira por critério de merecimento será dos 48 meses anteriores à abertura da vaga. A decisão foi do Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão na sessão desta quarta-feira (07).

Segundo o documento, a produtividade relativa aos últimos 48 meses anteriores à abertura da vaga será considerada para todos os juízes, inclusive os que já estão inscritos em edital de promoção, remoção ou acesso, pelo critério de merecimento.

Os juízes já inscritos têm até o dia 13 de setembro para cadastrar no sistema de acompanhamento processual "todas as sentenças ou acórdãos oriundos das Turmas Recursais e todas as audiên-

cias realizadas, ou não, bem como as sessões do Tribunal do Júri, e o respectivo complemento". Para os juízes não inscritos, o prazo para o cadastro vai até o dia 31 de outubro.

A possível inconsistência e falta de alimentação dos sistemas, deixa claro o documento, são de inteira responsabilidade do magistrado.

Caso seja indispensável, para apoio técnico, o juiz poderá entrar em contato com a Assessoria de Informática da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão pelos telefones (98) 3198-4623, 3198-4621 e 3198-4622.

"Solicito tranquilidade dos magistrados para que seja bem orientado pelos técnicos de informática. Além disso, tudo está sendo feito para que não haja prejuízo a nenhum juiz", ressalta o corregedor Cleones Cunha.

Assessoria de Comunicação da CGJ-MA

## **PROFESSORES ESPANHÓIS DESTACAM A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TJMA**

Em visita ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, os professores-doutores em Direito da Espanha, Lorenzo Bujosa Vadell (Universidade de Salamanca) e Javier Garcia (Universidade de Valladolid), elogiaram a trajetória histórica dos 200 anos da Corte maranhense.



▷ NOVOS TEMPOS



KARLOS GEROMYO IMP/D.A.PRESS

ARMANDO E RUBER TROCARAM  
ALIANÇAS NA 7ª VARA DA FAMÍLIA

## Maranhão tem casamento com pessoas do mesmo sexo

O primeiro casal homossexual de São Luís a conseguir converter a união estável em casamento comemorou a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que aprovou, no mês de maio, uma resolução que obriga os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento. Antes da decisão, os pedidos eram rejeitados pelos cartórios em alguns casos.

Os empresários Armando Souza Filho Marques e Ruber Paulo Marques de Souza, acompanhados de três testemunhas, dentre elas o músico Fernando Carvalho, trocaram alianças na 7ª Vara da Família, no Fórum desembargador José Sarney, no Calhau, ontem às 15h. Este foi o segundo casamento homoafetivo do Maranhão, o primeiro após a aprovação da resolução.

Segundo Armando, a decisão coroa uma luta de muitos anos do movimento nacional LGBT e é um reflexo da mudança de pensamento da sociedade. "A gente acredita que depois dessa iniciativa outras pessoas também vão procurar os cartórios", comentou.

Para Ruber a possibilidade de constituir família veio de forma tardia, mas ainda assim muito importante. "Uma pena que fomos o primeiro (casal) né? Já deveríamos fazer parte de uma lista imensa, mas o mais importante agora é que realizamos um sonho e agora vou poder constituir minha própria família", destacou.

# TJMA escolhe lista tríplice para vaga de desembargador pelo quinto constitucional



Os advogados Ricardo Duailibe, Daniel de Faria Leite e Riod  
Barbosa Ayoub foram os mais votados pelos membros da Corte

---

**PÁGINA 3**

## TJMA escolhe lista tríplice para vaga de desembargador pelo quinto constitucional

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) escolheu ontem (7) a lista tríplice dos candidatos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) à vaga de desembargador pelo quinto constitucional, em sessão plenária administrativa. Os advogados Ricardo Tadeu Duailibe, Daniel de Faria Leite e Riód Barbosa Ayoub foram os mais votados pelos membros da Corte.

A relação com os três nomes será enviada à governadora Roseana Sarney. Por ser chefe do Executivo Estadual, ela tem a prerrogativa final de escolher, dentre os três selecionados pelos magistrados do TJMA, o novo desembargador. "Quero crer que, quem sai vencedor, em qualquer situação, é o Tribunal de Justiça que terá um grande desembargador para compor a vaga do quinto constitucional", elogiou o presidente do TJMA, Guerreiro Júnior.

O desembargador ressaltou que a lista sêxtupla encaminhada pela seccional maranhense da OAB foi muito bem composta e que todos os candidatos foram extremamente sabatinados por mais de seis horas pela Ordem. Considerou os seis nomes espetaculares e de difícil escolha para o Tribunal.

**DUAS VOTAÇÕES** - Foram necessárias duas votações para compor completamente a lista. Na primeira, Ricardo Duailibe, com 23 votos, e Daniel Leite, com 18, tiveram seus nomes confirmados na relação. Em terceiro lugar ficaram empatados Riód Ayoub e José Cláudio Pavão, cada um com 11 votos. Ainda nesta fase, José Magno Moraes de Sousa obteve quatro votos, e Gilson Ramalho de Lima recebeu dois votos.

Como o Regimento Interno do Tribunal estabelece

nova votação em caso de empate para a última vaga, mais um escrutínio foi realizado, desta vez envolvendo apenas os dois candidatos empatados em terceiro lugar. Riód Ayoub obteve 16 votos, enquanto José Cláudio Pavão recebeu sete votos.

Para Mário Macieira, presidente da OAB-MA, o quinto constitucional é uma maneira de trazer para o Judiciário representantes das outras carreiras que compõem o sistema de Justiça, permitindo uma maior pluralidade e enriquecendo a aplicação do direito. "O Tribunal fez uma votação transparente, aberta, nominal e fundamentada, aguardamos apenas a escolha pela Governadora", disse.

**QUINTO CONSTITUCIONAL** - A Constituição Federal, em seu artigo 94, estabelece que um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, do

Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Depois de nomeado o representante do quinto constitucional, o TJMA passará a contar com 26 desembargadores. Guerreiro Júnior afirma que, em breve, será preenchido o 27º cargo, vago desde a aposentadoria de Raimundo Nonato de Souza. Atualmente, cada desembargador do Tribunal analisa, em média, 1.400 processos por ano. O novo membro procedente da OAB irá integrar a 5ª Câmara Cível, que funciona desde sua instalação com um membro vogal - desembargador de outra câmara.

## Fórum discute aplicabilidade da Lei Maria da Penha

PÁGII

# Fórum discute aplicabilidade DA LEI MARIA DA PENHA

Discutir os dispositivos legais de combate à violência e capacitar a rede de atendimento à mulher são os objetivos principais do I Fórum de Aplicabilidade da Lei Maria da Penha, realizado ontem (7), no auditório da Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB). O debate foi uma iniciativa da Coordenadoria Municipal da Mulher, vinculada à Secretaria de Governo (Semgov), em alusão aos sete anos de promulgação da Lei Maria da Penha.

Durante o encontro, foram discutidos os principais dispositivos para oferecer apoio legal e psicológico às mulheres em situação de violência. A aplicabilidade da Lei Maria da Penha durante os sete anos de promulgação também foi discutida, com um estudo analítico e a enumeração das conquistas e perspectivas advindas com depois que a lei foi sancionada.

Ao se pronunciar sobre a violência contra a mulher em São Luís, a coordenadora Municipal da Mulher, Laurinda Pinto, destacou que mais de 2.000 mulheres já foram atendidas pelos serviços da Casa da Mulher, órgão vinculado à Coordenado-

ria. Para ela, o suporte legal oferecido pelo poder público acelera os resultados obtidos pela luta diária contra a violência. "Este fórum é uma forma de instrumentalizar o conhecimento sobre as medidas cabíveis e mostrar à mulher que ela não está sozinha", destacou.

A delegada especial mulher, Kazumi Tanaka, explica que a Lei Maria da Penha reforça o aparato legal para mulheres. "O que observamos é a relação de dependência dessas mulheres em relação a seus agressores. Muitas mulheres não têm estudo nem renda fixa, então acabam permitindo essa situação ou para criar os filhos ou porque ainda amam o agressor e acreditam que não podem encontrar nenhum outro parceiro. Informação importante é que as regiões periféricas da cidade, onde os índices de violência já são elevados, são as que mais registram agressão doméstica a mulheres", disse a delegada.

Durante o debate, foram oferecidas palestras ministradas por especialistas na lei e representantes dos órgãos municí-

pais responsáveis por oferecer atendimento às mulheres em situação de violência. As discussões foram direcionadas aos representantes do poder público e sociedade civil.

A representante do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Prostituição e de Tráfico Internacional de Pessoas, Irmã Marjorie Blanco, parabenizou a iniciativa promovida no Fórum. Para ela, a luta diária contra a violência no ambiente doméstico e profissional é fruto de uma cultura machista que deve ser combatida diariamente.

"É muito importante que as mulheres tenham ambientes como esse para aprender mais sobre a lei e o que se pode fazer nesses casos, a quem recorrer. Conhecemos muitos casos de violência contra a mulher e é fundamental termos informação pra sanar esta que é uma grande mazel social", disse.

**LEI MARIA DA PENHA - A** Lei Maria da Penha, promulgada dia 7 de agosto de 2006, criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dispõe

sobre o formato articulado de assistência e medidas preventivas integradas com ações da União, dos Estados e dos municípios.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), considera-se violência contra a mulher qualquer ação ou omissão com base no gênero que resulte ou que possa resultar em sofrimento de natureza física, sexual, patrimonial ou psicológica, inclusive ameaças, coerção ou privação arbitrária da liberdade.

Em São Luís, quase 30% dos casos de violência registrados são de ordem psicológica. O ranking de registros segue com relatos de violência moral (25,06%), física (23,17%), patrimonial (17,02%) e sexual (6,85%).

**CASA DA MULHER - O** Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Casa da Mulher), localizado na Avenida Beira Mar, Centro, já atendeu mais de duas mil mulheres entre 18 e 80 anos, no âmbito familiar por agressões e ameaças psicológicas do parceiro, durante os cinco anos de atendimento.

## **TJMA escolhe lista tríplice para vaga de desembargador**



***O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) escolheu nestaontem a lista tríplice dos candidatos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) à vaga de desembargador pelo quinto constitucional, em sessão plenária administrativa. PAG.05***

# TJMA escolhe lista tríplice para vaga de desembargador

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) escolheu nesta ontem a lista tríplice dos candidatos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) à vaga de desembargador pelo quinto constitucional, em sessão plenária administrativa. Os advogados Ricardo Tadeu Duailibe, Daniel de Faria Leite e Riod Barbosa Ayoub foram os mais votados pelos membros da Corte.

A relação com os três nomes será enviada à governadora Roseana Sarney. Por ser chefe do Executivo Estadual, ela tem a prerrogativa final de escolher, dentre os três selecionados pelos magistrados do TJMA, o novo desembargador.

"Quero crer que, quem sai vencedor, em qualquer situação, é o Tribunal de Justiça que terá um grande desembargador para compor a vaga do quinto constitucional", elogiou o presidente do TJMA, Guerreiro Júnior.

O desembargador ressaltou que a lista sêxtupla encaminhada pela seccional maranhense da OAB foi muito bem composta e que todos os candidatos foram extremamente sabatinados por mais de seis horas pela Ordem. Considerou os seis nomes espetaculares e de difícil escolha para o Tribunal.

**DUAS VOTAÇÕES** - Fo-

ram necessárias duas votações para compor completamente a lista. Na primeira, Ricardo Duailibe, com 23 votos, e Daniel Leite, com 18, tiveram seus nomes confirmados na relação. Em terceiro lugar ficaram empatados Riod Ayoub e José Cláudio Pavão, cada um com 11 votos. Ainda nesta fase, José Magno Moraes de Sousa obteve quatro votos, e Gilson Ramalho de Lima recebeu dois votos.

Como o Regimento Interno do Tribunal estabelece nova votação em caso de empate para a última vaga, mais um escrutínio foi realizado, desta vez envolvendo apenas os dois candidatos empatados em terceiro lugar. Riod Ayoub obteve 16 votos, enquanto José Cláudio Pavão recebeu sete votos.

Para Mário Macieira, presidente da OAB-MA, o quinto constitucional é uma maneira de trazer para o Judiciário representantes das outras carreiras que compõem o sistema de Justiça, permitindo uma maior pluralidade e enriquecendo a aplicação do direito. "O Tribunal fez uma votação transparente, aberta, nominal e fundamentada, aguardamos apenas a escolha pela Governadora", disse.

**QUINTO CONSTITUCIONAL** - A Constituição Federal, em seu artigo 94, estabelece que um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, do Dis-



**Riod Barbosa Ayoub**

trito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Depois de nomeado o representante do quinto constitucional, o TJMA passará a contar com 26 desembargado-

res. Guerreiro Júnior afirma que, em breve, será preenchido o 27º cargo, vago desde a aposentadoria de Raimundo Nonato de Souza.

Atualmente, cada desembargador do Tribunal analisa, em média, 1.400 processos por ano. O novo membro procedente da OAB irá integrar a 5ª Câmara Cível, que funciona desde sua instalação com um membro vogal - desembargador de outra câmara.

# Ônibus da VBL são liberados em cumprimento a liminares do TJ

Com a liberação dos carros, que foram apreendidos por irregularidades, a empresa de ônibus, que detém grande parte das linhas do transporte público de Imperatriz, deverá devolver às ruas os veículos, que já foram vistoriados pelo Detran

**IMPERATRIZ** - A Viação Branca do Leste (VBL), empresa que detém a concessão da maioria das linhas de transporte coletivo de Imperatriz, já conseguiu reaver os 84 ônibus que haviam sido apreendidos em fiscalização das polícias Militar (PM) e Rodoviária Federal (PRF).

A liberação se deu em cumprimento a duas liminares, uma que revogou a quebra do contrato feito pela Prefeitura de Imperatriz e a outra sobre a liberação dos ônibus, ambas concedidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ), há cerca de uma semana.

Com a liberação dos carros, a empresa passa a dispor da frota e deverá, aos poucos, devolvê-la às ruas. Com essa medida, a empresa está repondo ônibus em linhas do transporte público municipal.

**Liberação** - Com a expedição das liminares, os órgãos responsáveis pelas apreensões foram notificados e os ônibus começaram a ser liberados depois de terem sido vistoriados por técnicos do Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

A saída de alguns coletivos do

pátio do Posto da Polícia Rodoviária Federal e Parque de Exposições Lourenço Vieira da Silva foi acompanhada por jornalistas, mas os funcionários do órgão não quiseram falar sobre o estado e a situação dos veículos.

Conforme o artigo nº 271 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a restituição de veículos removidos pode ser feita mediante o pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na legislação específica.

Já a direção da VBL garantiu à imprensa que os ônibus serão revisados antes de voltarem a operar nas linhas urbanas. A empresa anunciou, no mês passado, que havia firmado uma fusão com a Sião Tur e que substituiria a frota antiga por ônibus novos.

Naquela ocasião, a VBL informou que possuía 10 veículos novos em seu pátio, que só dependiam de serem vistoriados pela Prefeitura de Imperatriz para serem enviados às ruas, mas, naquela época, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (Setran) informou que no contrato estava previsto que só os ônibus da empresa poderiam ser usados

para o transporte público, daí a razão de não realizar a vistoria nos carros de outra empresa. O prefeito Sebastião Madeira chegou a reafirmar essa posição.

Com a expedição de duas liminares pelo TJ, a situação mudou, pois, além de revogação da quebra do contrato pela Prefeitura, foi determinada a liberação dos ônibus que haviam sido apreendidos por falta de documentação e não apresentarem condições de segurança e conforto para os passageiros.

A expedição das liminares faz parte de uma ação ajuizada pela empresa VBL contra a quebra do contrato pela Prefeitura e ainda contra uma decisão da juíza Ana Lucrecia Reis, respondendo pela Vara da Fazenda Pública. O mérito desse processo será julgado ainda esta semana pelo Tribunal de Justiça.

**Reação** - As liminares provocaram o retorno às ruas do Movimento Fora VBL, que, desde o início deste ano, vem realizando ações em que cobra o rompimento do contrato da Prefeitura de Imperatriz com a empresa de ônibus.

Na última segunda-feira, cerca de 80 pessoas, em sua maioria estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia (IFMA), realizaram uma manifestação pelas ruas centrais da cidade para cobrar da Justiça a manutenção da quebra do contrato com a empresa.

Na manhã de terça-feira, parte do grupo de manifestantes fez um ato em frente ao Tribunal de Justiça do Maranhão na tentativa de sensibilizar aquela Corte sobre a manutenção do rompimento do contrato sob a alegação de que a empresa não tem condições de prestar um bom atendimento aos usuários do transporte público em Imperatriz.

# Câmara Municipal discute transporte

**IMPERATRIZ** - "É preciso que se chegue a um entendimento, pois, até agora, o grande prejudicado tem sido o povo", declarou o presidente da Câmara Municipal de Imperatriz, Hamilton Miranda (PSD), na primeira sessão após o recesso parlamentar, no dia 1º. Ele observou que, devido ao impasse, a cidade está sem transporte público regular, sendo o usuário penalizado, pagando tarifas elevadas ao utilizar transporte alternativo (táxi ou mototáxi) para chegar ao trabalho ou à escola.

"Nós gostaríamos que esse problema fosse resolvido com a maior brevidade possível, pois milhares de pessoas dependem do transporte público em Imperatriz", defendeu o presidente, que conversou com o prefeito Sebastião Madeira, durante a reabertura dos trabalhos legislativos.

Hamilton Miranda entende que a decisão proferida dia 1º pe-

lo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) coloca praticamente um ponto final no conflito, exceto se o Município recorrer da decisão. "É uma questão definida, pois temos informações que a empresa Viação Branca do Leste (VBL) já dispõe de 40 ônibus novos, incluindo um com rampa de acesso para deficientes", informou.

Em aparte, o vereador João Francisco Silva (PRB) questionou a atuação da Promotoria de Justiça, da Polícia Militar e da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (Setran) quando da apreensão apenas dos ônibus da VBL.

"O serviço de táxi-lotação é irregular, também deveriam ser apreendidos pelos órgãos de fiscalização. E porque não fizeram isso?", questionou o vereador, sugerindo a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar esse episódio em Imperatriz. "Só se vê um cego, o outro cego ninguém vê? Está tu-

do irregular, então apreende tudo para ser justo", perguntou.

Silva diz ter ficado preocupado com o promotor de Justiça, Sandro Biscaro, dentro dos ônibus apreendendo os veículos nas vias urbanas de Imperatriz. "Isso não é competência dele (promotor). O juiz do Trabalho deu uma sentença para fazer a Justiça cumprir, mas quem foi cumprir foi o promotor. Isso não é competência dele", arrematou.

**Cautela** - O vereador Enoc Serafim (PDT) solicitou cautela e analisou o momento como sendo delicado para abertura de CPI, pois entende que a retirada do serviço de táxi-lotação, embora sendo irregular, causará um caos social com a falta de transporte público em Imperatriz.

"Tudo precisa ser analisado, temos que estudar essa questão com prudência, pois a decisão é da Justiça", concluiu o parlamentar.

## Entenda o caso

■ **Em dezembro** de 2012 começaram as reclamações contra a qualidade do transporte coletivo em Imperatriz.

■ **Em fevereiro** foi realizada uma sessão de audiência pública na Câmara Municipal que terminou sem sucesso. A prefeitura anunciou que estava apurando a denúncia da falta de qualidade do transporte e que tinha informações que poderia abrir processo para quebra do contrato com a Viação Branca do Leste (VBL), empresa de transporte.

■ **Em 17 de março** termina oficialmente o terceiro e último prazo estipulado pela Prefeitura de Imperatriz a VBL para apresentar melhorias nos serviços de transporte de passageiros. Dias depois a prefeitura abre um processo administrativo em que estipula novos prazos para a empresa se defender.

■ **Em 27 de junho** juíza Ana Lucrécia Reis acata ação, com pedido de liminar da Promotoria de Defesa do Consumidor, e determina o cancelamento do contrato entre Prefeitura e VBL, e dá prazo de 10 dias para o Município contrate outra empresa em caráter emergencial e providencie empresa definitiva.

■ **Em 10 de julho**, o prefeito de Imperatriz,

Sebastião Madeira, anuncia o rompimento do contrato com a VBL, define prazo de 20 dias para contratar uma empresa substituta para prestar os serviços e 120 dias para abrir processo de licitação para contratar empresa definitiva.

■ **Em seguida**, a VBL ingressa com ação no Tribunal de Justiça (TJ), pedindo a revogação da quebra do contrato e a liberação dos ônibus apreendidos em operações da PM e PRF a pedido do Ministério Público Estadual (MP).

■ **No dia 29 de julho**, funcionários da VBL fizeram um protesto que culminou com a interdição da BR-010 por aproximadamente cinco horas, provocando mais de cinco quilômetros de engarrafamento. Eles cobravam do MP explicações sobre as apreensões de ônibus porque segundo eles, alguns dos carros estavam regulares, que a empresa já havia demitido funcionários e que poderiam também ser demitidos.

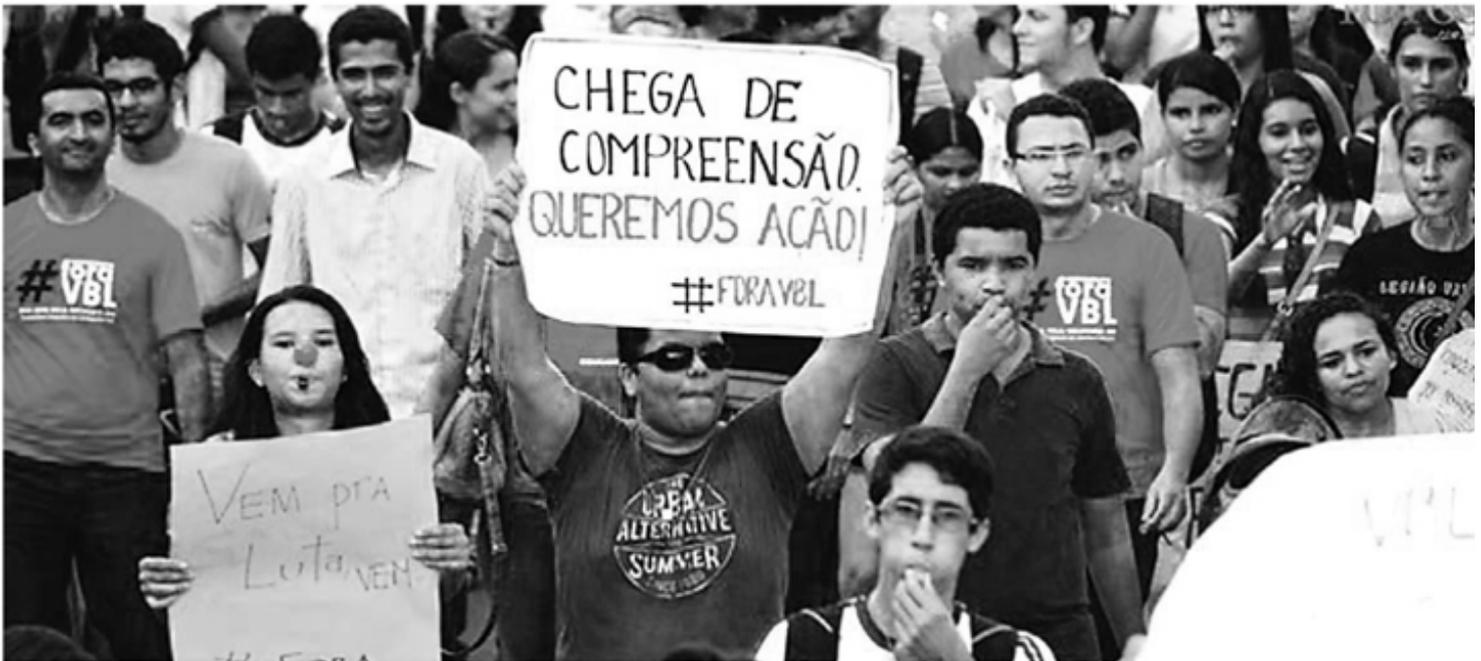
■ **Foi nesse período** que o TJ emitiu as liminares que mandou a prefeitura revogar a rescisão do contrato e os órgãos de trânsito a liberar os coletivos da empresa que haviam sido apreendidos, solicitadas pelo MP. Segundo a empresa divulgou na época, todos os seus ônibus foram apreendidos.



“

Nós gostaríamos que esse problema fosse resolvido com a maior brevidade possível”

Hamilton Miranda,  
presidente da Câmara  
Municipal de Imperatriz



O movimento Fora VBL volta às ruas de Imperatriz para protestar contra a empresa de ônibus, que oferece transporte sem qualidade

- **Atual** vice-prefeito de Imperatriz, o Pastor Porto (PPS) acompanhou o prefeito Sebastião Madeira na sessão de ontem do Tribunal de Justiça.
- **Nos corredores** do Palácio Clóvis Bevilacqua foi grande a comemoração de amigos e familiares dos três advogados escolhidos pelos desembargadores.
- **Do presidente** Guerreiro Júnior: "O Tribunal fez a parte que lhe cabe. A decisão agora é da governadora".
- **Ricardo Duailibe** foi ao plenário do TJ acompanhado de vários advogados, entre eles o renomado Cléber Moreira, que lhe declarou total apoio.
- **O candidato** Riód Ayoub foi escoltado pelo pai, o coronel/PM reformado e fundador e ex-prefeito de Santa Luzia do Paruá, Riód Ayoub Jorge.

## **Primeiro**

Primeiro a votar, o decano do TJ, desembargador Bayma Araújo, deu o tom e o rumo da votação.

Sua lista tríplice foi formada por Ricardo Duailibe, José Cláudio Pavão Santana e Daniel Leite.

O segundo escrutínio, para resolver o empate entre José Cláudio Pavão Santana e Riod Barbosa Ayoub, manteve o voto no primeiro.

## **"Protesto"**

A desembargadora Raimunda Bezerra fez um "protesto": a OAB não colocou nenhuma mulher na lista sêxtupla.

- Isso não é possível. Estou decepcionada, decepcionadíssima! - declarou a desembargadora.

Diante do "protesto", o desembargador Bayma Araújo emendou: "Concordo, desembargadora, mas saiba que os homens ficaram felizes de votarem numa princesa como a senhora".

## Cabo eleitoral

O prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira (PSDB), abraçou mesmo a candidatura do advogado Gilson Ramalho.

Acionou aliados para conversar com desembargadores e se fez presente ontem no Plenário do TJ, como cabo eleitoral assumido.

Ramalho recebeu três votos, mas foi elogiado por vários desembargadores.

## Cacife alto

Opinião geral no TJ: o fato de não ter entrado na lista tríplice não diminuiu o cacife profissional dos advogados José Cláudio Pavão Santana, Magno Moraes e Gilson Ramalho.

Os três foram largamente elogiados pelos desembargadores-eleitores, que lamentaram ter deixado-os de fora da lista tríplice.

José Cláudio Pavão Santana exibiu tranquilidade: "Isso é assim mesmo".

## Contra e pró

Se o presidente Guerreiro Júnior não tivesse decidido contrariamente ao pleito da Associação dos Magistrados (Amma) de submeter candidatos a sabatina, a proposta seria derrotada no plenário.

A maioria dos desembargadores se revelou contrária, indicando que o ímpeto inquiridor da Amma seria freado no plenário.

- Essa sabatina seria uma ofensa à OAB - disse o desembargador Bayma Araújo.

## Ausências

Somente dois desembargadores não participaram da votação de ontem, Nelma Sarney e Megbel Abdalla.

Assídua no TJ, a desembargadora Nelma Sarney não compareceu por causa de problema de saúde na família.

Já Megbel Abdalla encontrava-se com a atenção voltada para o julgamento do seu caso pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## Cavalheiro

Mais bem votado nas duas listas já definidas para a vaga do Quinto Constitucional: a sêxtupla da OAB e tríplice do TJ, Ricardo Duailibe pregou humildade em seu discurso.

Fez questão de exaltar a qualidade dos demais concorrentes e disse ter recebido com satisfação a votação expressiva do Pleno em seu nome.

- A votação expressiva é o reconhecimento de que eu não só preencho todos os requisitos legais, como serei bem-vindo nesta Casa - disse.

## Estado Maior

### Tribunal faz elogios à OAB durante sessão

A OAB se deu bem e foi muito elogiada pelos desembargadores na sessão em que o Pleno do Tribunal de Justiça transformou em lista tríplice a lista sêxtupla de candidatos à vaga de desembargador. O presidente Mário Macieira disse que a ordem faz a sua parte. **Política 3**

---

## A OAB se deu bem

---

**A**lém dos três escolhidos para a lista da qual sairá o primeiro desembargador a ocupar a 27ª cadeira do Tribunal de Justiça, o braço maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil sai do episódio - que deverá ser consumado hoje com a escolha e consequente nomeação do novo magistrado pela governadora Roseana Sarney - visivelmente fortalecida.

Primeiro porque cumpriu rigorosamente todos os trâmites - que incluiu o severo cumprimento das decisões judiciais preliminarmente favoráveis a advogados que se sentiram prejudicados. E depois por fazer uma seleção com bons nomes, pois nenhum deles, mesmo os menos conhecidos, foi tratado de maneira diferenciada.

Não faltaram elogios ao comportamento da OAB no processo e muito menos do caráter republicano e democrático da instituição. Todos os desembargadores - salvo três ou quatro que não comentaram suas próprias escolhas, limitando-se a declinar nomes - elogiaram a maneira criteriosa como a OAB realizou o processo de escolha e, mais ainda, pelos nomes que escolheu. Para os desembargadores, todos os nomes têm méritos para compor o Pleno do TJ, e que escolher três se tornou uma enorme dificuldade.

Apontado por vários desembargadores como o artífice do processo de escolha, o presidente Mário Macieira avaliou positiva a definição pelo Pleno à vaga de desembargador pelo Quinto Constitucional. Para Mário Macieira, o TJ conduziu o processo de votação de forma transparente e tranqüila, o que deve ser reconhecido por toda a classe.

- A OAB está de acordo. O tribunal atuou na maior transparência, na maior serenidade, o que nos deixa bastante satisfeitos. O TJ atuou também com transparência quando cada desembargador fundamentou a sua escolha a partir de critérios que considerava objetivos e por julgamentos de caráter subjetivos. Acredito que a lista que sai daqui é equilibrada - declarou Macieira.

Foi esse, portanto, o clima no tribunal ontem de manhã.



Ricardo Duailibe, Daniel Leite e Riod Ayoub disputam vaga no TJ

# Roseana deve eleger hoje novo desembargador

Governadora escolherá entre os advogados Ricardo Duailibe, Daniel Leite e Riod Ayoub, definidos ontem pelos membros do TJMA. **Política 3**

# Governadora deve escolher hoje o novo desembargador do Tribunal de Justiça

Advogados Ricardo Duailibe, Daniel Leite e Riod Ayoub foram eleitos ontem para compor a lista tríplice pelos membros da corte judiciária, em sessão no TJ

**Carla Lima**

Da editoria de Política

**A** governadora Roseana Sarney (PMDB) deverá escolher hoje, entre os advogados Ricardo Duailibe, Daniel Leite e Riod Ayoub, o novo desembargador do Tribunal de Justiça. Os três indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil foram eleitos ontem pelos membros do Tribunal de Justiça do Maranhão em uma relação de seis nomes. Pelas regras, a governadora pode escolher qualquer um dos três eleitos pelo TJ.

Em votação nominal com fundamentação, os magistrados justificaram cada um dos três votos na lista sêxtupla formada por votação no conselho da seccional maranhense da Ordem



Fotos/Biné Moraes

Ricardo Duailibe foi o mais votado pelos desembargadores; Daniel Leite e Riod Ayoub também estão na lista

dos Advogados do Brasil (OAB). O candidato Ricardo Duailibe foi o mais votado entre os concorrentes. Ele, que durante toda a votação liderou no número de votos, obteve 23, recebendo votos de todos os magistrados presentes.

Ricardo Duailibe participa pela terceira vez da lista tríplice pelo Quinto Constitucional e comemorou o resultado. "Essa votação demonstra que os desembargadores acataram o que a maioria dos membros do conselho da OAB decidiram já que tive maior votação lá também. Essa votação demonstrou ainda que além do respeito ao meu trabalho, parece que serei bem-vindo aqui nesta Casa", afirmou Duailibe.

O segundo mais votado foi o advogado Daniel Leite que conseguiu reunir 18 votos. No início da eleição, o advogado chegou a ficar atrás de outros concorrentes como José Cláudio Pavão Santana e Riod Ayoub. "Foi uma votação difícil, mas tive a sorte de contar com o apoio e a confiança dos desembargadores no trabalho que venho desenvolvendo", disse Daniel Leite.

O terceiro lugar somente foi conhecido após uma segunda votação, já que na primeira rodada de escolha os candidatos

## Experiência e juventude na disputa pela vaga

O perfil dos candidatos que disputam a vaga de desembargador se caracteriza por experiência e juventude. O advogado Ricardo Duailibe já entrou três vezes na disputa pela vaga do Quinto Constitucional destinada para a OAB. Na anterior a esta, Duailibe conseguiu participar da lista tríplice perdendo para Paul Velten.

Ricardo Duailibe além de advogado de experiência longa, segundo anunciaram os 23 desembargadores que votaram a seu favor, é também empresário no ramo imobiliário.

Também com experiência aparece o advogado Riod Ayoub. Classificado como jurista brilhante e de currículo completo,

Riod Ayoub e José Cláudio Pavão Santana empataram com 11 votos.

No segundo escrutínio, Riod Ayoub contou com os votos de 16 desembargadores, contra sete de Pavão Santana. "Tudo deu certo, mas como em tudo na mi-

Ayoub disputou voto a voto a terceira vaga de desembargador.

"Temos que esperar agora a decisão da governadora Roseana Sarney. Espero que seja o indicado, mas caso não aconteça, fico feliz por ter sido um dos mais votados pelos desembargadores", disse Ayoub.

Ao contrário dos dois primeiros, Daniel Leite é um advogado novo, mas que já participou de causas polêmicas como o processo de cassação por abuso de poder político e econômico do governador Jackson Lago e posteriormente exercendo o cargo de diretor do tribunal, o que lhe conferiu maior aproximação e relação com os desembargadores.

nha vida tinha que ter uma certa emoção", afirmou Ayoub após a proclamação do resultado pelo presidente do Tribunal de Justiça, Antonio Guerreiro Júnior.

**Processo** - Guerreiro Júnior disse que o processo de escolha da

### Mais

**Além** de José Cláudio Pavão Santana, que terminou a primeira votação com 11 votos, perdendo a terceira vaga para Riod Ayoub na segunda eleição, ficaram fora da relação do Tribunal de Justiça para o preenchimento da vaga pelo Quinto Constitucional o advogado José Magno Moraes que recebeu quatro votos e Gilson Ramalho que conseguiu dois votos.

lista tríplice foi feito com transparência e que a única dificuldade foi deixar de votar em três dos seis escolhidos pela OAB.

"Acredito que o Tribunal de Justiça terá somente a ganhar com o escolhido entre os três mais votados aqui nesta sessão. A lista da OAB foi muito bem composto o que nos deixou com a difícil tarefa de escolher apenas três desses seis advogados muito preparados", afirmou o presidente do TJ.

Guerreiro Júnior informou ainda que a lista tríplice foi encaminhada ontem mesmo a governadora Roseana Sarney para a escolha do novo desembargador. A previsão é que hoje a governadora anuncie quem será o escolhido da relação do TJ.

## Definida lista tríplice para escolha de desembargador do TJ

O Tribunal de Justiça do Maranhão definiu nesta quarta-feira (7) a lista tríplice que será enviada à governadora para escolha do novo desembargador da Corte pelo Quinto Constitucional. A vaga é da OAB.

Como esperado, Ricardo Duailibe foi o mais votado, com 23 votos. Daniel Leite obteve 18. Riod Ayoub e Cláudio Pavão ficaram com 11.

A surpresa ficou por conta da ausência de Gilson Ramalho, procurador de Imperatriz. Ele era apontado como um dos favoritos.

Numa segunda votação para desempatar o terceiro lugar, Riod ficou com 16 votos, contra 7 de Pavão.

Sendo assim, a governadora Roseana Sarney (PMDB) decidirá entre Ricardo Duailibe, Daniel Leite e Riod Ayoub.

## TJMA define lista tríplice de candidatos a desembargador

Em no máximo 30 dias, a governadora Roseana Sarney escolherá o novo desembargador do Tribunal de Justiça. Ontem, a Corte definiu a lista tríplice a ser submetida à chefe do Executivo: Ricardo Duailibe, Daniel Leite e Riod Ayoub. POLÍTICA 3

## JUDICIÁRIO

# Sai a lista tríplice

Tribunal de Justiça encaminha à governadora lista de advogados escolhidos para a disputa da vaga de desembargador. Ricardo Duailibe é apontado como o favorito

CLODOALDO CORRÊA

O Tribunal de Justiça do Maranhão definiu ontem a lista tríplice do Quinto Constitucional para a vaga de desembargador. Os três advogados que continuam na disputa são: Ricardo Duailibe, Daniel Leite e Riod Ayoub. Agora, a escolha final será da governadora Roseana Sarney (PMDB), que terá 30 dias para escolher o novo desembargador para fechar a Corte maranhense com todos os 27 magistrados de segundo grau.

A lista sêxtupla encaminhada pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) era composta pelos advogados Ricardo Tadeu Duailibe, Daniel Jerônimo Leite, Gilson Ramalho de Lima, José Magno Moraes de Sousa, José Claudio Pavão Santana e Riod Barbosa Ayoub. De acordo com o regimento, cada desembargador teve direito a votar em três dos seis indicados. Na primeira votação, Ricardo Duailibe obteve 23 votos; Daniel Leite, 18 votos; José Claudio Pavão e Riod Ayoub tiveram, 11 votos; José Magno Moraes de Sousa obteve quatro votos; e Gilson Ramalho de Lima recebeu dois votos.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, disse que foi uma votação democrática e que agora, independente de quem for escolhido pela governadora, a OAB estará bem representada. "Cada um utilizou os critérios e fez sua avaliação. A OAB está bem representada, pois são três advogados de renome. O tribunal escolheu os três melhores em uma avaliação subjetiva. Qualquer um que a governadora nomeie, o Tribunal terá um grande desembargador", declarou.



TJMA definiu lista tríplice de advogados para vaga de desembargador. Governadora decide em 30 dias

A desembargadora Cleonice Freire destacou a qualidade de todos os indicados, afirmando ser difícil a decisão. "Analisei os currículos, os cargos já exercidos, os cursos de formação. Levei em consideração também a vida social e familiar dos candidatos não desmerecendo os demais", pontuou.

O desembargador Marcelo Carvalho destacou o papel dos advogados no Judiciário, para embasar seu voto, garantindo que o advogado tem plena condição de exercer o cargo de desembargador. "O advogado é indispensável à Justiça. A Constituição de 88 dispôs a composição dos tribunais com magistrados, Ministério Público e advogados pela importância deste", informou.

José Vieira, também desembargador, defendeu a realização de sabatinas para a escolha de novos desembargadores, já que, para ele, os candidatos tinham valores muito equivalentes e a sabatina ajudaria a resolver a pendência.

O presidente da OAB-MA,

Mário Macieira, disse que o resultado foi coerente e que a lista seguiu os mesmos critérios da Ordem. Macieira destacou a transparência tanto na OAB, quanto no tribunal. "O tribunal realizou a votação com a maior transparência, com a maior serenidade. Os critérios foram obedecidos. A lista que sai daqui é equilibrada. Sem dúvida, a escolha da OAB na semana passada também foi transparente. É o coroamento de um processo bastante salutar para o Judiciário".

Ele não quis comentar as declarações do advogado Sérgio Muniz de que ele estaria favorecendo nomes ligados à oposição na formação da lista. "É normal que as pessoas que saem derrotadas de um processo tenham algum tipo de ressentimento, mas não vou comentar para não agravar o problema", respondeu.

Os três escolhidos foram muito parabenizados pelos presentes na sessão. Os três mostraram confiança de que podem ser os escolhidos.



O tribunal realizou a votação com a maior transparência, com a maior serenidade. Os critérios foram obedecidos. A lista que sai daqui é equilibrada

**Mário Macieira,**  
presidente da OAB-MA



Levei em consideração também a vida social e familiar dos candidatos não desmerecendo os demais

**Cleonice Ferreira,**  
Desembargadora do TJMA

## ➤ Perfil dos candidatos

### RICARDO DUAILIBE



Inscrito na OAB desde 1979, já foi membro das comissões de Direito do idoso e eleitoral da OAB; titular do tribunal de ética da Ordem; presidente do Instituto dos Advogados do

Maranhão; membro do Conselho Administrativo da UFMA e presidente do diretório universitário setorial. Duailibe é sócio em dois escritórios de advocacia.

### DANIEL LEITE



Tem pós-graduação em Direito Eleitoral e Tributário. É procurador de São Luís e já exerceu o cargo de procurador-geral-adjunto. Daniel também já exerceu o cargo de presidente da Comissão Central de Licitação de São Luís e

diretor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão. Ele tem atuação maior nas áreas eleitoral e administrativa.

### RIOD AYOUB



Possui pós-graduação em Direito Tributário e Processual do Trabalho. Atua como advogado do direito público e privado. Já advogou para a prefeitura de Presidente Vargas, Ma-

racaçumê, Sindicato dos Professores de Santa Luzia do Paruá e Associação de Criadores do Maranhão. Também já foi assessor parlamentar adjunto da Assembleia Legislativa.

## ➤ Saiba mais

### Criação de mais três vagas

*O Tribunal de Justiça já discute a criação de mais três vagas de desembargador, o que ainda depende de espaço físico e recurso. Caso se concretize a ideia da criação destas vagas, a Corte maranhense seria formada por 30 magistrados de segundo grau. "Eu acho muito necessário. Precisamos de mais três vagas de desembargador para fazer a Câmara de Direito Público. Logo que tenhamos espaço e verba, vamos criar, se não agora na minha gestão, mas na próxima deve ser criada", avaliou Guerreiro Júnior.*

## Escolhidos comemoram indicação

O advogado mais votado, Ricardo Duailibe, disse que a votação de todos os desembargadores em seu nome era um reconhecimento pela sua trajetória. Duailibe evita o clima de "já ganhou", afirmando que aguarda ansioso a definição da governadora. "Isso demonstra que o tribunal acatou a vontade da quase totalidade dos conselheiros da OAB. O tribunal me dar esta votação tão expressiva por ter todos os votos dos desembargadores é um reconhecimento de que eu preencho os requisitos legais, como seria bem-vindo nesta Casa. Agora é esperar a decisão da gover-

nadora. Vamos aguardar com ansiedade", exaltou.

Daniel Leite acredita que, além do currículo, o fato de ter trabalhado como diretor no Tribunal de Justiça por muito tempo foi importante. "O Tribunal foi extremamente generoso com os três indicados. Não houve exclusão dos demais, mas preferências. Estou muito feliz pelo reconhecimento. Esperamos agora uma grande escolha da governadora. No meu caso específico, acho que pesou a biografia e o fato de ter desempenhado um cargo aqui por muito tempo. Conheço o Judiciário por dentro. Acho que isso foi levado em consideração", explicou.

Rioud Ayoub se disse satisfeito com a votação, avaliando que foi uma escolha democrática em que foram avaliados todos os candidatos e ponderados os que poderiam estar na lista de forma coerente. Apesar de ser o menos votado entre os três, garante que mantém a confiança de que pode ser o escolhido. "Com certeza, a governadora tem três bons nomes e ela irá escolher o que achar mais indicado para ser desembargador", ponderou.

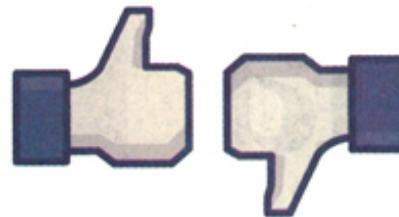
Pelos corredores do Judiciário, o nome de Ricardo Duailibe é dado como favorito, por ter sido o mais votado tanto na OAB, quanto no TJMA.

## **Novo togado do TJ**

*A governadora Roseana Sarney (PMDB) chega hoje de São Paulo, onde acompanha o tratamento do pai e terá como primeiro ato a nomeação do novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. A escolha sairá da lista tríplice eleita pelo TJ e enviada pelo presidente Guerreiro Júnior: os advogados Ricardo Duailibe, Daniel leite e Rioud Ayoub.*

## **Peso político**

*A lista saiu do Judiciário, atravessou a Praça Pedro II e está no Palácio dos Leões, carregando uma forte campanha de bastidores para a nomeação. Qualquer especulação sobre o unguido é perda de tempo, pois Roseana, a estas alturas, já sabe quem vai colocar no pleno do TJ.*



## Casamento gay repercute em redes sociais

Reportagem de **O Imparcial** sobre casamento homoafetivo provocou reações de apoio e contestação de integrantes das redes sociais.

URBANO 2

## CASAMENTO HOMOAFETIVO

# Curtir ou não curtir, eis a questão

Casamento dos empresários Armando Souza Filho Marques e Ruber Paulo Marques de Souza repercutiu nas redes sociais e dividiu opiniões entre população, psicólogos e representantes religiosos

MICHEL SOUSA

O primeiro casamento homoafetivo de São Luís, protagonizado pelos empresários Armando Souza Filho Marques e Ruber Paulo Marques de Souza, na tarde de ontem, na 7ª Vara da Família, no Fórum Desembargador José Sarney, oficializado pelo juiz Jesus Guanaré, dividiu opiniões nos mais variados segmentos, e as redes sociais acabaram sendo os principais canais para expressar o apoio ou a reprovação contra a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que agora obriga os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento.

O equilíbrio de opiniões foi confirmado no último dia 28 quando o Ibope Inteligência

divulgou o resultado da pesquisa cuja motivação foi a de contribuir com o debate público. Segundo pesquisa nacional realizada entre os dias 14 e 18 de julho, 55% dos brasileiros são contrários à decisão e 45% são favoráveis. Diante desta realidade, a reportagem de **O Imparcial** procurou ouvir a opinião do segmento religioso, social, jurídico e político para saber o que parte da nossa sociedade pensa a respeito do casamento gay em São Luís.

Para a psicóloga Marilourdes Mussalém, diretora-geral da Faculdade Santa Fé, a liberação do casamento gay proporciona prosperidade à sociedade e o reconhecimento de direitos legais e naturais. "É algo totalmente normal. Em minha opinião, a homossexualidade é uma condição humana. A pessoa nasce gay. Logo,

não é preferência por ser uma condição humana. O homossexual precisa ser feliz com o parceiro", disse.

### "Não podemos afastar as pessoas da igreja"

Apesar de a Igreja Católica ser, assumidamente, contra o casamento gay, o tema divide opiniões sobre a legalização e obrigatoriedade do casamento homoafetivo. O padre César de Sousa, pároco da Igreja da Sé, por exemplo, acredita na família tradicional formada pelo homem e mulher, mas condena a exclusão ou atitudes discriminatórias contra os homossexuais e a própria união homoafetiva. "É um assunto polêmico. Tem posição pessoal e da Igreja. Eu posso falar que a gente defende a família tradicional, da união do ho-

mem e da mulher. Agora, por outro lado, não tem como desconhecer essa realidade e essas diferenças que existem entre nós", destacou. César também deixou claro que o papel da Igreja é unir, acolher e amar as pessoas, independentemente das diferenças.

No meio evangélico, a discussão sequer é considerada. Para o pastor da Igreja Assembleia de Deus, Melquisedeque Sousa Abreu, a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo deturpa a palavra de Deus, mas não é nenhuma novidade. "Sobre essa questão da união homoafetiva, eu defendendo a Bíblia. A Bíblia já previu isso, esses acontecimentos são sinais do final dos tempos. Ela já falava que seria normal ver esse tipo de situação de homem com homem e mulher com mulher", comentou.



Armando Filho e Ruber Souza casaram-se na 7ª Vara da Família

Celise Azevedo e Lêda Rêgo, vivem uma união estável reconhecida

## “O gay é uma pessoa como qualquer outra”

Para a coordenadora do Grupo de Lésbicas do Maranhão, Celise Azevedo, quando se fala dos direitos da comunidade LGBT na mídia, há um embate de velhas discussões envolvendo a questão religiosa, sempre levadas em consideração pelas pessoas. “As pessoas acham que queremos aparecer, mas na verdade nós queremos mostrar para a comunidade LGBT que existe a possibilidade de buscar e assegurar esse direito que é devido. Acho que a luta por

direitos ainda está muito longe de terminar no Brasil, pois, apesar de já ter vários fatores favoráveis, ainda falta ser sancionada uma lei que defenda esses direitos”, comentou.

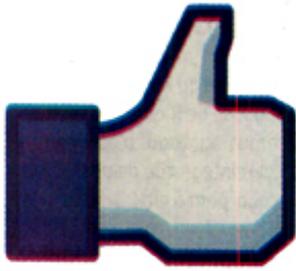
Para a coordenadora do Glema, o gay deve ser visto antes de qualquer coisa como um cidadão brasileiro com direitos e deveres. “Não queremos ditar regras ou normas, mas cansamos de ficar silenciados, tendo nossos direitos negados. O gay é uma pessoa como qualquer outra e tem direito de vi-

ver sua felicidade e seu direito”, finalizou.

### Magistrados são a favor

Pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) revela que 55,75% dos magistrados maranhenses são favoráveis à união homoafetiva. Com base neste resultado, a Amma está pleiteando à Corregedoria Geral de Justiça que inclua a regulamentação da união estável entre pessoas do mesmo sexo no projeto de

reestruturação do Código de Normas da CGJ, bem como a conversão desta união em casamento, de forma a facilitar a prestação do serviço jurisdicional que envolva a matéria.



Bem, diante de tantos comentários contrários, gostaria de parabenizar o jornal que teve a coragem de publicar essa notícia que obviamente desagradou a muitos e lembrar uma citação de George Orwell: "Jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique. Todo o resto é publicidade"

**Que lindo o O Imparcial arrasou bem aí! E parabéns ao casal #ACHODIGNO!**

Cometi a burrice de ler os comentários.

"AIINNN É ISSO QUE VÃO MOSTRAR PRAS CRIANÇAS?"

Claro. O que eu não vou mostrar são esses comentários intolerantes. Como explicar pras crianças que tem gente preconceituosa no mundo?

E por favor, não falem em nome de Deus. Por que o MEU Deus (e meus pais) me ensinaram a amar e respeitar o próximo incondicionalmente.

Felicidades ao casal.

**Se uma criança, em 2013, nunca ouviu falar de gays, ela é, no mínimo, vítima de cárcere privado, porque, olha... E o jornal publica o que é notícia e não só o que VOCÊ acha bonito. E, particularmente, prefiro isso do que fotos de corpos no chão e capas sobre estupros e toda a violência da nossa sociedade. Sacanagem é sua hipocrisia.**

Sinais de novos tempos e novos ventos: mudanças, bons sinais...

**Muita felicidade e muito amor pros dois, que é o que falta pra muito casal hétero.**

Que venham outros e outros agora. Todos os dias, com o tempo, muita gente, infelizmente. Parabéns ao casal!

**O amor é válido e prevalece, quem critica, não conhece o verdadeiro amor entre as pessoas.**

Quo comentário-zinho, de merda. Uma fulana ali dizendo "temos que nos posicionar cobra". Contra o quê, criatura ridícula? O Estado fez algo que já deveria ter feito há muito tempo: concedeu um direito legítimo, que já acontecia há tempos. Como eu sempre digo: Não gosta de gays, não coma. Simples. Agora ficar zombando de quem quer legitimar um parceiro de anos é no mínimo desumano.

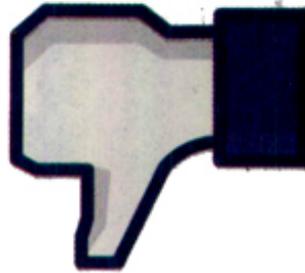
**Quanta ignorância. E o mais engraçado é que a maioria dos comentários negativos são de mulheres. Será que elas sabem que até bem pouco tempo atrás, elas, as mulheres, praticamente não tinham direitos, e até hoje são marginalizadas em muitos setores da sociedade? Vejo que muito do atraso presente neste estado se dá por conta da ignorância de sua população.**

Libre arbitrio; vc escolhe o caminho q quer para sua vida e segue, pronto, se isso não implica em ferir direitos de outros, ok; felicidades aos dois, compreensão, amor, é o q falta na nossa sociedade de modo geral, pelos comentários acima, podemos ver isso claramente, pobres e mortais pecadores "atirando pedras" nos outros, como se estivessem acima do bem e do mal, me poupem!!!

**"Da mesma forma, os homens também abandonaram as relações naturais com as mulheres e se inflamaram de paixão uns pelos outros. Começaram a cometer atos indecentes, homens com homens..." Rm1.27**

Como diz papa Francisco onde há Deus ninguém pode questionar.

**Aos ignorantes digo: Como podem ter certeza de quem vai pro inferno ou não, será que inferno existe? Enquanto vocês ficam perdendo tempo cuidando do Fiofó dos outros deviam estar se mobilizando pra deixar de ser um dos estados mais miseráveis do país, onde a corrupção ainda é regra e a impunidade também.**



UMA VERGONHA VOCÊS, O imparcial, publicarem isso! imagina o que uma criança vai pensar ao olhar uma sacanagem dessas na capa de um jornal?

**Depois da Rede Globo vem o jornal O Imparcial impor a DITADURA GAY...usar uma página inteira para essa divulgação...para que esse exagero mesmo?? acho que é para afrontar a família tradicional...**

Casal? Casal é homem e mulher. Eles formam um par. É bem diferente.

**Existem alguns gays que não conseguem conviver numa democracia onde pessoas podem ter pensamentos e opiniões diferentes. Eles não querem liberdade de expressão eles querem a ditadura gay onde todo mundo tem que concordar ou então vai se ver com eles! que ironia...**

Pra eles terem filho precisarão de uma mulher, porque Deus não fez útero em homem. #fica a dica

**Rapaz aonde vamos parar com essa pouca vergonha! Simplesmente é coisa de satanás para confundir a cabeça das pessoas, casamento é homem e mulher com a benção de Deus...**

Isso é uma aberração, Deus jamais aprovou a união de dois homens.

**O dia-bô ta kerendo vence.mais maio e Deus.sabemos ke isso e peka-do..DEUS ABOMINA ISSO...DEUS CRIOU HOMEM P MULHER..OK**

Atos 3:19 Arrependei-vos, pois, e convertei-vos para serem cancelados os vossos pecados.

**compartilhou a foto de O Imparcial. Será que DEUS existe mesmo? e se ele existir será que ele aprova um absurdo desses? pois até onde sei Deus criou 02 especie de ser-humano o HOMEM E A MULHER PARA VIVEREM JUNTOS E PROCRIAREM A SUA ESPECIE.. REALMENTE O FIM DO MUNDO ESTÁ BEM PRÓXIMO !**

**ISSO É Falta de Respeito, Vergonha Bons Costumes e Principalmente Contra a Leis de Deus...**

**HOMEN FOI FEITO PARA MULHER, FICO PENSANDO! COMO DOIS HOMENS OU DUAS MULHERES AINDA FALAM EM ADOTAR UMA CRIANÇA E COMO ESSA CRIANÇA IRÁ CRES-CER VENDO ISSO...**

**DEUS AMA A PESSOA HOMOSSEXUAL MAS CONDENA A PRÁTICA. ROMANOS FALA SOBRE ESSA PRÁTICA IMUNDA...**

Não é questão de preconceito, isso vai muito mais além do que se pensa e do que se fala, é questão de sobrevivência natural the raça humana. Abaixo o casamento homossexual.

**Há mais hipócritas do que covardes, hipócritas esses que se dizem simpatizantes falando: "ah que bonitinho" ●● BAITOLAGEM SEM FIM ESSE MUNDO**

## Na Vila Tamer

# Juíza suspende pedido de reintegração de posse



Protesto na Vila Tamer

A juíza Lívia Maria Graça Costa Aguiar, suspendeu a reintegração de posse do terreno da Vila Tamer, supostamente de propriedade particular. A decisão será tomada após uma reunião de conciliação entre os ocupantes e o suposto dono do terreno, prevista para a próxima semana.

Os moradores da Vila Tamer bloquearam na manhã desta terça-feira (7), a MA-203, protestando contra o pedido de reintegração de posse determinado pela Justiça, previsto para acontecer na manhã desta terça-feira (7). A rodovia MA-203 foi liberada pela Polícia, na manhã desta terça-feira (7), para o tráfego de veículos.

Em nota, A Prefeitura de

São José de Ribamar informou que o referido episódio trata-se, tão somente, de uma reintegração de posse de um terreno, de propriedade particular, determinada pela Justiça. Que a Prefeitura se propôs em realizar um cadastramento social na área, proposta que, até o momento, foi recusada pelos moradores da referida ocupação.

O objetivo do cadastro é identificar as pessoas que realmente não possuem moradia para, posteriormente, tentar auxiliá-las na aquisição do imóvel nesta ou em outra região do município.

Por fim, a Prefeitura disse a informação de que, ano passado, teria garantido aos ocupantes o título de posse das terras

## Sentenças sobre crimes contra a ordem tributária são confirmadas em instâncias superiores

Todas as sentenças de crimes contra a ordem tributária proferidas pela 8ª Vara Criminal de São Luís, desde a criação da unidade em 2004, foram mantidas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Dessas decisões, 20 já foram confirmadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e duas, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.

Em alguns casos, o TJ-MA modificou a dosimetria da pena aplicada, mas manteve a fundamentação da sentença dada no primeiro grau. Entre as decisões confirmadas pelo STF está a que condenou três ex-servidores da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão, no processo que ficou conhecido como o "Caso Jorge da Mata".

Na época, um dos servidores criou um sistema pirata de informática que fraudou a Receita Estadual. Da decisão da 8ª Vara Criminal, o funcionário que criou o sistema usado para a fraude recorreu ao TJ-MA, ao STJ e ao STF, sendo mantida a decisão em todas as instâncias. Ele foi condenado a sete anos e oito meses de prisão, cumpriu parte da pena e, mais tarde, foi beneficiado pelo regime de progressão de pena.

Os processos dos anos anteriores foram redistribuídos para a 8ª Vara Criminal, quando da criação da unidade em 2004, sendo sentenciados em 2009. Segundo a juíza titular da unidade, Oriana Gomes, a instalação dessa vara contribuiu para que o Estado do Maranhão recuperasse mais de R\$ 1 bilhão de seu passivo, com a descoberta de fraudes denunciadas à Justiça.

Os crimes contra a ordem tributária vinham ocorrendo por meio da exclusão de notas fiscais do sistema da Receita Estadual e com isso as empresas deixavam de pagar os impostos. Tudo era feito dentro da própria Secretaria da Fazenda, por



funcionários do órgão.

A magistrada explicou que foram descobertas outras práticas ilícitas, como a emissão de certidões, atestando a idoneidade de empresas remissivas. Conforme a juíza, para descobrir essas irregularidades, o Judiciário contou com a ajuda das polícias Civil e Federal e da Secretaria de Estado da Fazenda.

**Penalidade** – Atualmente, há na 8ª Vara 36 inquéritos que apuram crimes contra a ordem tributária, assim como 69 processos. A penalidade para esse tipo de crime pode chegar a cinco anos de reclusão e pagamento de multa. Como o comportamento do sonegador é sempre reiterado, conforme a juíza, a pena privativa de liberdade sofre aumento pela continuidade delitiva, em dois terços, e a pena de multa pode ser elevada até o décuplo.

Oriana Gomes disse que pretende transformar em um livro algumas dessas sentenças confirmadas pelo TJ-MA, STJ e STF. Segundo a juíza, todas discutem materialidade e autoria, mas com questões diferentes, que envolvem legitimidade,

atipicidade ou antijuridicidade, delito prescrição e responsabilidade fiscal.

**Outros casos** – Outro processo de repercussão, que teve sentença confirmada, refere-se a uma empresa fabricante de automóveis e uma concessionária de carros de São Luís, denunciadas pelo não pagamento de tributos, além da prática de crime contra o consumidor, na compra e venda de veículos.

De acordo com a juíza, as decisões tomadas pela Justiça Estadual nesse caso trouxeram efeitos sistêmicos, fazendo com que as duas empresas pagassem outros débitos relativos a processos nas Varas Cíveis da capital e também na esfera federal (Justiça Trabalhista).

Oriana Gomes ressalta que a 8ª Vara Criminal, em 2012, passou a julgar também os crimes contra os idosos, consumidor, ordem financeira, meio ambiente e lavagem de dinheiro.

« *Quero crer que, quem sai vencedor, em qualquer situação, é o Tribunal de Justiça que terá um grande desembargador para compor a vaga do quinto constitucional”, elogiou o presidente do TJ-MA, Guerreiro Júnior, sobre a lista dos indicados.*

## *Definida lista tríplice para escolha de desembargador*

O Tribunal de Justiça definiu, ontem, a lista tríplice dos candidatos da OAB/MA à vaga de desembargador pelo quinto constitucional. Os advogados Ricardo Duailibe, Daniel Leite e Riod Ayoub foram os mais votados pelos integrantes da Corte.

A relação com os três nomes será encaminhada à governadora Roseana Sarney, que vai escolher, dentre os três selecionados, o novo desembargador do TJ-MA.

O presidente do tribunal, Guerreiro Júnior, disse que a lista sêxtupla da OAB/MA foi muito bem composta, e que todos os candidatos foram extremamente sabatinados por mais de seis horas pela Ordem.

Foram necessárias duas votações para compor completamente a lista. Na primeira, Ricardo Duailibe, com 23 votos, e Daniel Leite, com 18, tiveram o nome confirmado na relação. Em terceiro lugar ficaram empatados Riod Ayoub e José Cláudio Pavão, cada um com 11 votos. Ainda nesta fase, José Magno Moraes de Sousa obteve quatro votos, e Gilson Ramalho de Lima recebeu dois votos.

Um outro escrutínio foi realizado, desta vez envolvendo apenas os dois candidatos empatados em terceiro lugar. Riod Ayoub obteve 16 votos, enquanto José Cláudio Pavão recebeu sete votos.

Para Mário Macieira, presidente da OAB-MA, o quinto constitucional é uma maneira de trazer para o Judiciário representantes das outras carreiras que compõem o sistema de Justiça, permitindo uma maior pluralidade e enriquecendo a aplicação do direito. "O Tribunal fez uma votação transparente, aberta, nominal e fundamentada, aguardamos apenas a escolha pela governadora", disse.

Depois de nomeado o representante do quinto constitucional, o TJ-MA passará a contar com 26 desembargadores. Guerreiro Júnior afirma que, em breve, será preenchido o 27º cargo, vago desde a aposentadoria de Raimundo Nonato de Souza. O novo membro procedente da OAB irá integrar a 5ª Câmara Cível, que funciona desde sua instalação com um membro vogal – desembargador de outra câmara.

***Moradores de  
ocupação de S.  
J. de Ribamar  
bloqueiam MA-203***

Moradores da Vila Tamer, em São José de Ribamar, interditaram ontem (7), com galhos de árvores e pneus queimados, um trecho da MA-203, em seus dois sentidos, no Araçagi, próximo à sede da Fetaema. Também foram bloqueadas as entradas principais da área.

**PÁGINA 5**

# Moradores de ocupação de Ribamar bloqueiam MA-203

POR JULLY CAMILO

Moradores da Vila Tamer, em São José de Ribamar, interditaram ontem (7), com galhos de árvores e pneus queimados, um trecho da MA-203, em seus dois sentidos, no Araçagi, próximo à sede da Fetaema. Também foram bloqueadas as entradas principais da área. Os manifestantes protestaram durante três horas (das 6h às 9h), contra a decisão judicial de uma reintegração de posse. A decisão, que deveria ser cumprida ontem, foi deferida pela Justiça de São José de Ribamar em desfavor de 40 famílias que residem há dois anos na Vila Tamer.

Em decorrência do protesto e de um acordo entre os manifestantes e a Polícia Militar, a reintegração de posse foi suspensa temporariamente, uma vez que uma comissão de moradores seria recebida ontem pela juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, da comarca de Ribamar.

**Promessa não cumprida** – Segundo uma das lideranças do movimento e moradora da área, Talinajara Silva Costa, 29, há



Acesso à área ocupada também foi bloqueado

dois anos 40 famílias, oriundas do município de São José de Ribamar teriam ocupado o terreno ocioso – que mede 64 metros de frente por 150 metros de fundos – da Vila Tamer.

“Dividimos o terreno em lotes de 8 metros de frente por 24 de fundos e passamos a habitá-los. Foi quando um homem, identificado apenas como Pacheco, apareceu, se dizendo proprietário da área há mais de 45 anos,

e exigindo que os invasores se retirassem”, disse Talinajara.

“Procuramos, então, o prefeito de Ribamar, Gil Cutrim, para que nos ajudasse. Ele nos recebeu e disse que, por conta do ano eleitoral, não poderia ‘aparecer’, mas pediu que a comunidade se tranquilizasse, pois, após a eleição, a prefeitura faria a desapropriação da área e nossa permanência estaria garantida, com os títulos da terra. Isso não aconteceu, e

agora fomos surpreendidos pela reintegração”, completou a líder comunitária.

O comandante do 13º Batalhão de Polícia Militar de São José de Ribamar, o major Jorge Araújo, esteve no local e após um acordo com os manifestantes, a via foi liberada.

O Corpo de Bombeiros fez a desobstrução da via, mas os manifestantes garantiram que se a decisão da Justiça não for favorável aos moradores, uma nova interdição acontecerá nos próximos dias.

**Outro lado** – Por e-mail, a Prefeitura de São José de Ribamar informou que o caso é “tão somente uma reintegração de posse de um terreno, de propriedade particular, determinada pela Justiça”.

Segundo a prefeitura, foi proposto aos moradores da ocupação um cadastramento social na área, o que foi recusado.

A Prefeitura de Ribamar negou a informação de que um acordo teria sido celebrado entre o Município e os moradores da ocupação para garantir aos mesmos os títulos das terras após as eleições.